



MPM faz visita oficial à Angola



Procuradora-Geral é recebida por autoridades angolanas.

págs. 4 e 5

Aniversário dos 82 anos



Subprocuradores-Gerais condecoram personalidades com a medalha de Ordem do Mérito.

pág. 6 e 7

Seção

MPM em Ação pág. 8

Ainda nesta Edição pág. 2

STM promove
III Seminário de
Direito Militar

Estatuto de Roma:
anteprojeto de lei
é finalizado

visite nosso site: www.mpm.gov.br



Grupo de trabalho entrega anteprojeto para implementação do Estatuto de Roma

Após sete meses de atividade, o Grupo de Trabalho “Estatuto de Roma” finaliza o anteprojeto de lei federal que terá grande repercussão no meio jurídico, especialmente para a justiça militar. O documento foi entregue ao ministro da Justiça, Paulo de Tarso Ribeiro, em outubro (25), pela comissão de juristas que elaborou a proposta, na qual se destacam os representantes do Ministério Público Militar – MPM, Carlos Frederico Pereira, subprocurador-geral e professor da Universidade de Brasília e a subprocuradora-geral e ex-procuradora-geral Adriana Lorandi que tiveram relevante participação.

Os mais de 60 novos crimes, enquadrados como genocídio, crime de guerra e contra a humanidade, deverão ser tipificados pela legislação brasileira, conforme prevê o anteprojeto. As novas figuras penais definem, por exemplo, crimes de escravidão sexual, gravidez e esterilização forçadas, submissão a experiências biológicas e o uso de pessoas como escudo.

Segundo o coordenador do trabalho, professor Tarciso Dal Maso Jardim, o anteprojeto possui dois objetivos centrais. “De um lado, possibilitar por parte do Estado brasileiro o exercício da jurisdição primária, ou seja garantir ao país o direito do primeiro julgamento no tocante aos crimes enquadrados no projeto e, de outro lado, viabilizar a cooperação internacional com o Tribunal Penal Internacional - TPI, quando este estiver exercitando sua jurisdição, lembrando que o TPI não será uma instância superior à Justiça brasileira, mas uma jurisdição complementar”, explica.

Na opinião do subprocurador-geral Carlos Frederico, caso o anteprojeto se converta em lei, haverá uma ampliação considerável do rol de crimes militares, fora do Código Penal Militar. “Muitos tipos de crime foram criados em face das graves violações aos tratados sobre conflitos armados, na verdade, antigos compromissos assumidos pelo Brasil, que já deveriam existir na legislação penal militar condensada. E, agora, com essa ampliação dos crimes

militares segue-se, em igual medida, o incremento das responsabilidades dos representantes do MPM, reforçando o seu papel de fiscal da observância dos tratados de direito internacional humanitário, bem como da proteção internacional dos direitos humanos”, analisa.

Para o ministro da Justiça, a proposta “coloca o Brasil atualizado à necessidade de repressão sistemática e exemplar aos crimes cometidos contra os direitos humanos”. Paulo de Tarso informou que o documento será analisado pela área técnica do ministério e, em seguida, disponibilizado à consulta pública. A expectativa, segundo o ministro, é de que o anteprojeto seja enviado brevemente ao Congresso pelo governo de transição.

O anteprojeto situa o Brasil entre as nações pioneiras na implementação do Estatuto de Roma. Oitenta e um países ratificaram o estatuto, mas poucos concluíram a adequação legislativa conforme prevê o documento. O Canadá, segundo Dal Maso, foi o primeiro a finalizar o aperfeiçoamento de suas leis.

ONU - O Tribunal Penal Internacional terá sede em Haia, na Holanda, e surgiu por iniciativa da Assembleia Geral das Nações Unidas, que, em 1994, formou uma comissão para elaborar um projeto de funcionamento do tribunal. Esse estatuto foi apresentado em Roma, em 1998.

O Brasil ratificou o documento em 20 de junho último. O estatuto passou a vigorar em 1º de julho, instituindo o TPI, já que isso dependia da ratificação do projeto final por pelo menos 60 nações. Os 18 juizes que comporão o tribunal serão eleitos em fevereiro próximo.

A comissão do Ministério da Justiça responsável pela elaboração do anteprojeto foi criada no ano passado. Ela é composta por juristas especializados em direito internacional, representantes do Ministério Público da Federal e Militar, da Advocacia Geral da União e dos ministérios das Relações Exteriores e da Justiça.

STM realiza Seminário de Direito Militar

Em novembro, o Superior Tribunal Militar – STM promoveu o II Seminário de Direito Militar para professores de Escolas Militares e assessores jurídicos das Forças Armadas. O objetivo foi disseminar o conhecimento acerca do funcionamento dos órgãos que atuam na justiça militar brasileira. Nesse sentido, representando o Ministério Público Militar – MPM, a procuradora-geral Marisa Cauduro, foi palestrante com o tema “A atuação do MPM na Instrução Criminal e no Inquérito Policial”. Ainda na programação, os palestrantes: Ministro do STM (aposentado) Aldo da Silva Fagundes; subprocurador-geral da Justiça Militar (aposentado) José Carlos

Couto de Carvalho; Juíza-Auditora (aposentada) Sheila Bierrenbach; Ministro do STM Carlos Alberto Marques Soares; Secretário de Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo Alexandre de Moraes; Ministra do STJ Fátima Nancy Andrighi; Ministro do STM José Júlio Pedrosa; Dr. Paulo Tadeu Rodrigues Rosa; Ministro de Estado da Defesa Geraldo Magela da Cruz Quintão; Ministro de Estado de Relações Exteriores Celso Lafer; professor de Direito José Manoel de Aguiar Barros e o advogado Cassio Scarpinella Bueno.

Ministério Público da União • Ministério Público Militar • Procuradoria-Geral da Justiça Militar

MPM notícias - Informativo do Ministério Público Militar • Publicação de circulação dirigida, editada pela Assessoria de Comunicação Institucional da Procuradoria-Geral da Justiça Militar.

Marisa Terezinha Cauduro da Silva - Procuradora-Geral da Justiça Militar • Edmar Jorge de Almeida - Vice-Procurador-Geral da Justiça Militar
Carlos Frederico de Oliveira Pereira - Coordenador da Câmara de Coordenação e Revisão • Péricles Aurélio Lima de Queiroz - Corregedor-Geral
Berta Martha Wernik - Chefe de Gabinete • Pedro Alberto da Silva Alvarenga - Diretor-Geral

Jornalista - Solange Pereira Pinto DRT/4781/14/80/DF • Editoração - Felipe Cruxen Godinho

Endereço: SAUS Quadra 3 Bloco J - 70.070-25 - Brasília - DF - Internet: www.mpm.gov.br - E-mail: ascom@mpm.gov.br
Tel.: (61) 313.6108/6107 - Fax: (61) 321.7317



Intercâmbio de experiências marca encontro Brasil - Angola



1 - Péricles Queiroz e Paulo Tchípilica, Ministro da Justiça; 2- Vice-Ministro da Defesa Félix Abrão e Marisa Cauduro; 3 - António Duarte e o Coronel Krause, adido militar do Brasil.

Durante uma semana (21 a 27 de outubro) a delegação brasileira do Ministério Público Militar – MPM esteve em Luanda, na Angola, para visita oficial a convite das autoridades locais para intercâmbio de experiências. A procuradora-geral, Marisa Terezinha Cauduro Silva, foi recebida pelo procurador-geral da República, Augusto da Costa Carneiro, pelo presidente em exercício do Tribunal Supremo, António Caetano, e pelo vice-ministro da Defesa Nacional, Félix Abrão.

Vários eventos marcaram a visita, como por exemplo, a realização do Seminário Internacional dos Ministérios Públicos Militares do Brasil e de Angola, coordenado pelo general João Maria de Souza, procurador-geral das Forças Armadas Angolanas, que teve na abertura a palestra sobre as convenções de Genebra e o Direito Angolano.



Mesa diretora do Seminário



Plenário

O Seminário Internacional – O encontro, realizado no quartel-general do Exército, abordou assuntos de fiscalização e aplicação do Direito Humanitário por promotores militares, a atuação do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados - ACNUR em Angola, forças de paz do Brasil, desmobilização de ex-combatentes das Forças Militares da Unita e ações da corregedoria do Ministério Público.

Além dos representantes do MPM, participaram do seminário, procuradores e juizes militares das Procuradorias e Tribunais Provinciais de Angola, o presidente do Supremo Tribunal Militar, general Adolfo Rasoilo, o chefe de Polícia Judiciária Militar, general Pita Gros, o inspetor-geral do Exército, general Macedo do Amaral, e o vice-procurador-geral, brigadeiro Agostinho Eduardo dos Santos.

A delegação brasileira, chefiada pela procuradora-geral da Justiça Militar, Marisa Terezinha Cauduro da Silva, foi integrada, também, pelo corregedor-geral do MPM, Péricles de Queiroz, pelo procurador de Justiça Militar António Duarte e pela chefe de gabinete Berta Martha Wernik.



Recepção na Embaixada do Brasil em Angola

A visita à embaixada - No quarto dia de visita oficial à Angola, a delegação do Ministério Público Militar Brasileiro foi recebida na Embaixada do Brasil, em Luanda, pelo embaixador Jorge D'Escrognolle Taunay. Na ocasião, também estavam presentes o ministro da Justiça Paulo Tchípilica, o procurador-geral da República de Angola Augusto da Costa Carneiro, o general João Maria de Sousa, procurador-geral das Forças Armadas Angolanas, e o adido brasileiro de Defesa, coronel Celso Krause.

Segundo os integrantes do grupo brasileiro, a principal experiência dos Procuradores da Justiça Militar daquele país, e dos órgãos judiciais é a aplicação de Justiça em *situação de guerra*, que a população local foi envolvida desde a independência até ao cessar fogo em abril passado, somando 27 anos de conflito interno.





Sede do Supremo Tribunal Militar de Angola e da Procuradoria Militar das FAA

Os resultados - Na opinião da procuradora-geral o intercâmbio foi proveitoso e trouxe várias reflexões importantes. “As conclusões do *Seminário Internacional de Aperfeiçoamento Jurídico* apresentaram o reconhecimento de avanços na atuação do Ministério Público Militar. Houve o entendimento unânime, pelos integrantes das delegações do Brasil e de Angola, sobre a dedicação que se deve ter ao Direito Internacional Humanitário, ao efetivo cumprimento das Convenções de Genebra pelos Estados em conflito e a questões relacionadas aos refugiados”, diz Marisa Cauduro.

Concluiu-se, também, que o Ministério Público Militar deve atribuir especial atenção à fiscalização de prisões militares, com vista à observância do Estatuto dos Militares e dos Direitos Humanos, como também revelou-se posição favorável à adesão e ratificação dos respectivos países ao Tribunal Penal Internacional - TPI.



procurador-geral, assistente Solange e o procurador Duarte



Marisa Cauduro e o embaixador do Brasil Jorge Taunay



General João Maria e Caspar Landolt acompanhados da delegação brasileira

Integração de ex-combatentes da Unita é tema do seminário internacional



Platêia atenta à palestra de Caspar Landolt

LUANDA, 24 - “O Comitê Internacional da Cruz Vermelha vê a Justiça Militar e o Ministério Público Militar, como defensores do Direito Internacional Humanitário”, declarou Caspar Landolt, delegado de comunicação do Comitê em Angola, ao encerrar a conferência proferida no Seminário Internacional dos Ministérios Públicos Militares do Brasil e de Angola.

No segundo dia de palestra o corregedor-geral do MPM brasileiro, Péricles de Queiroz, expôs a respeito das ações da Corregedoria, e o procurador de Justiça Militar Antônio Duarte disse sobre investigação e processo de crimes militares no Brasil.

O representante da Cruz Vermelha Internacional, na sua palestra para magistrados e promotores das Forças Armadas Angolanas, disse que o número de refugiados civis, das outras nações, em Angola, é expressivamente numeroso – aproximadamente 4 milhões de pessoas - pois decorre de situação anterior à independência do país, em 1975.

Os debates abordaram ainda, a desmobilização e integração de ex-combatentes da Unita nas forças Armadas de Angola e nas sociedades civil, assunto discorrido pelo brigadeiro Helder Diogenes. Segundo esse oficial, desde 04 de abril deste ano foram reintegrados nas Forças Armadas Angolanas 5.087 soldados e oficiais da Unita, dentre eles 23 generais.

Ao final da jornada, a delegação brasileira ouviu exposição quanto à organização da Justiça Militar e do Ministério Público Militar de Angola.





Carta de Luanda

Os Ministérios Públicos Militares da República de Angola e da República Federativa do Brasil, representados respectivamente pelo Vice-Procurador Geral da República e Procurador Militar das Forças Armadas Angolanas, General *João Maria Moreira de Sousa*, e pela Procuradora-Geral da Justiça Militar do Brasil, Dra. *Marisa Terezinha Cauduro da Silva* e integrantes da delegação que a acompanha, com a participação do Juiz-Presidente (em exercício), do Supremo Tribunal Militar de Angola, Tenente-General *Adolfo Rasoilo*, do Diretor da Polícia Judiciária Militar, Brigadeiro *Helder Fernando Pitta Groz*, de Magistrados Judiciais e de Magistrados do Ministério Público das Forças Armadas Angolanas, de Oficiais da Polícia Judiciária Militar, do Serviço de Legislação e Disciplina das FAA e convidados; reunidos em Luanda no *Seminário Internacional de Aperfeiçoamento Jurídico* nos dias 23 e 24 de Outubro de 2002; após exposição, apreciação e debate de temas de interesses comuns, C O N C L U I R A M o seguinte:

- **Reafirmar** o intercâmbio jurídico-institucional celebrado em 26 de outubro de 1998 entre a Procuradoria Militar das Forças Armadas Angolanas e o Ministério Público Militar da República Federativa do Brasil, com reciprocidade de benefícios e igualdade no tratamento por meio de acções efectivas e permanente difusão de experiências, estudos, visando o aperfeiçoamento de ambas as instituições congêneres.

- **Reafirmar**, em conformidade com os princípios de Direito Militar, que o processo e julgamento dos crimes denominados "impropriamente militares" sejam da competência dos Tribunais Militares, devido a repercussão directa ou reflexa na hierarquia e disciplina militares, bem como em razão das características ímpares da actividade castrense.

- **Implementar** acções de divulgação do Direito Internacional Humanitário – DIH, e das Convenções de Genebra, capacitando Magistrados/Membros do Ministério Público Militar como agentes de difusão e controle.

- **Recomendar** especial atenção do Ministério Público Militar no tratamento das questões relacionadas com os refugiados.

- **Declarar** promissora a adesão dos respectivos países ao Tribunal Penal Internacional – TPI, resguardados os princípios de soberania dos Estados e regras consagradas de Direito Interno.

- **Considerar** que a extinção das Forças Militares da UNITA (FMU) e o enquadramento dos seus ex-combatentes nas Forças Armadas Angolanas, precedida de ampla amnistia, constituíram factores decisivos para o processo de paz e reconciliação da Nação Angolana, sendo notáveis exemplos de solução pacífica para as nações de todo o mundo, oficiando o Ministério Público Militar como agente de consciencialização jurídica para a plena aceitação das normas que regem as Forças Armadas Angolanas.

- **Recomendar** que as acções de Inspeção do Ministério Público Militar – em Angola, e da Corregedoria-Geral do Ministério Público Militar – no Brasil, pelos seus órgãos de fiscalização da actuação funcional dos Magistrados/Membros do Ministério Público Militar, deverão estar direccionadas à sua valorização e ao aperfeiçoamento da actividade-fim.

- **Reafirmar** a necessidade de atribuir aos Tribunais Militares a competência para conhecer e julgar os crimes praticados por civis de que resultem lesão directa ou indirecta ao ordenamento jurídico, administrativo ou operacional das Forças Armadas, para a efectiva e completa preservação das instituições militares, da hierarquia e da disciplina, dos seus valores intrínsecos e bens juridicamente protegidos.

- **Recomendar** especial atenção do Ministério Público Militar aos programas de fiscalização das prisões militares e de qualquer prisão onde cumpram penas membros das Forças Armadas, implementando visitas sistemáticas e regulares aos estabelecimentos penitenciários ou dependências afins, de modo a promover acções preventivas e correctivas na defesa do seu Estatuto dos Militares e dos Direitos Humanos.



Luanda – República de Angola, 25 de outubro de 2002





Ministério Público Militar comemora 82 anos de existência



Personalidades condecoradas prestigiam o evento

Marisa Cauduro inaugura carimbo

O Ministério Público Militar – MPM comemorou no último dia 31, no salão nobre do clube do Exército, em Brasília, 82 anos de sua criação. Autoridades civis e militares compareceram à solenidade marcada pela entrega de medalhas da Ordem do Mérito Ministério Público e pelo lançamento do Carimbo Comemorativo fabricado pelos Correios, cuja imagem circulará em todo o território nacional.

A procuradora-geral da Justiça Militar e chanceler da ordem do mérito, Marisa Cauduro, juntamente com os sub-procuradores-gerais do MPM conde-coraram as várias personalidades agraciadas (lista disponível no site www.mpm.gov), em 2002, em reconhecimento às suas ações pessoais e de notável relevância para a Instituição, nos graus de Grã-Cruz, Alta Distinção, Distinção e Bons Serviços.



Coral e banda do Colégio Militar de Brasília

No evento, o diretor-regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos convidou Marisa Cauduro e o ministro-presidente do Superior Tribunal Militar – STM Olympio Pereira da Silva Júnior, para lançarem oficialmente o Carimbo Comemorativo aos 82 anos do MPM, criado por Felipe Cruxen, servidor do MPM, registrando-o, em cartelas, sobre o bloco de selo em homenagem à “Presença Militar na Amazônia”. Essa peça filatélica marca a história da instituição e circulará em todo o território brasileiro. Após será encaminhada para o Museu Postal dos Correios, passando a integrar o seu acervo.

A comemoração teve a participação especial do coral e banda do Colégio Militar de Brasília, regido pelo maestro,

tenente Landgraff e no final os convidados receberam exemplares do selo carimbado com a marca do aniversário da instituição. A festa contou com o apoio e patrocínio do clube do Exército, comando do Exército, comando Militar do Planalto, 1º Regimento de Cavalaria de Guarda, Batalhão da Guarda Presidencial, Batalhão da Polícia do Exército, Colégio Militar de Brasília, Superior Tribunal Militar, Ministério das Comunicações, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Banco do Brasil, Banco Safra, Paraná Banco, Credisutri, e Associação Nacional do Ministério Público Militar.

Flashes





A solenidade de entrega da Ordem do Mérito Ministério Público Militar foi um dos destaques da comemoração dos 82 anos do MPM. Várias personalidades foram condecoradas em reconhecimento à atuação e aos serviços prestados à instituição. Veja no site do MPM a lista completa das personalidades (www.mpm.gov.br).



“É com muita emoção que estou hoje aqui na comemoração de 82 anos do Ministério Público Militar. Essa instituição é maravilhosa e eu tenho muito orgulho de ser oriundo desta casa. Nesses

anos o MPM vem se engrandecendo e se aperfeiçoando não só em termos de recursos materiais e equipamentos, mas, também, em seu quadro funcional. Atualmente, o concurso é difícil para ingresso na carreira, e isso melhora o nível dos membros atuantes. Acredito que o MPM é fundamental para o direito penal, e mais especificamente para a sociedade e para a nossa justiça militar. Só tenho a saudar a instituição, na pessoa da dra. Marisa, nossa procuradora-geral”.

Ministro-Presidente do Superior Tribunal Militar Olimpyo Pereira da Silva Júnior



“É uma honra muito grande ser homenageado, principalmente em um momento como esse no qual se comemora o aniversário da instituição. Receber a medalha da ordem do mérito é uma honra ainda maior ao se fazer dois anos de casa. Acredito que a função do MPM é primordial para a sociedade e para-benizo a todos pelo dia de hoje.”

Rômulo Pennafort Palma, servidor do MPM, que recebeu a medalha de Bons Serviços



“Estou muito honrada com a distinção concedida a mim nessa ocasião. É, sem dúvida, o reconhecimento do trabalho realizado ao longo de uma carreira em prol do Ministério Público Militar e da Justiça Militar Estadual. A atuação do

Ministério Público é muito relevante, é um parceiro da Justiça Militar. Além disso, estamos irmanados na luta por uma reforma do Poder Judiciário tentando aperfeiçoar a Justiça e o Ministério Público Militar”.

Desembargadora Nelma Sarney Costa, do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, condecorada no grau Alta Distinção



“Sinto-me muito feliz de participar desta festa. O intercâmbio que tem sido feito entre o Brasil e a Angola é gratificante e proveitoso. Vejo que a atuação do Ministério Público Militar brasileiro é

grande e eficiente, nós, angolanos, que ainda temos pouco tempo de independência temos muito a aprender com essa instituição. Inclusive, há grupos de juristas do MPM que já estiveram em nosso país várias vezes para essa troca de experiências e cooperação bilateral, que acredito ser profícua e de grande importância para os dois países”.

General Alberto Correia Neto, embaixador da República de Angola, agraciado com a Grã-Cruz

Para saber mais:

- O MPM foi criado em 30 de outubro de 1920, pelo Decreto no 14.450, que promulgou o Código de Organização Judiciária e Processo Militar.
- A Ordem do Mérito Ministério Público Militar foi instituída pela Resolução 29, de 26 de março de 1999, do Conselho Superior do MPM, constando dos graus Grã-Cruz, Alta Distinção, Distinção e Bons Serviços. Também podem ser agraciados, com a insígnia da Ordem, organizações nacionais e estrangeiras, representadas por suas bandeiras ou estandartes, por ações que credenciem à outorga da honraria, sendo nela admitidas, sem grau.



- A Medalha da Ordem do Mérito Ministério Público: Placa dourada, irradiada, sobre a qual está aposta uma Cruz de Malta, de vermelho, filetada de ouro, tendo ao centro, um círculo de louros, de amarelo, que circunscreve a inscrição, de dourado, em fundo azul, “Mérito Ministério Público Militar” e um círculo de louros, que contém os símbolos das Três Forças, sendo o da Marinha, de prata, da Aeronáutica, de amarelo e do Exército, em suas cores, e a balança da justiça, em ouro tudo em fundo vermelho.

Grã-Cruz



Distinção



Alta Distinção



Bons Serviços





MPM em Ação

Em setembro foi realizada na Procuradoria de Justiça Militar em Juiz de Fora a 2ª Correição Ordinária do Ministério Público Militar – MPM. Trata-se de atividade regular e programada da Corregedoria-Geral, constando visita do corregedor Péricles Queiroz, reunião com os membros e servidores, inspeção da secretaria, e verificação da atuação judicial e extrajudicial do MPM. A atividade correicional possui hoje o sentido de aperfeiçoar a atuação, pesquisando experiências locais bem sucedidas, reorientando áreas deficientes e, enfim, proporcionando diálogo ativo e preciso com vista ao aperfeiçoamento da atividade-fim.



O promotor da Justiça Militar em Fortaleza, Alexandre Saraiva, explanou sobre Recursos Criminais para um público formado de advogados, no III Seminário de Atualidades Jurídicas, promovido pela Fundação da Escola Superior da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/CE, realizado na seccional da OAB em Limoeiro do Norte-CE, em setembro. Outros temas como a reforma do Código Civil e o controle da constitucionalidade também estavam na programação. Na avaliação do palestrante Alexandre Saraiva, “a receptividade do público foi excepcional e o tema penal é da maior importância. Sem dúvida, o seminário foi um sucesso pela diversidade dos assuntos abordados e da especialização dos palestrantes, pois cada um representava um ramo específico da Ciência Jurídica”.



Indicado pelo Conselho Superior do Ministério Público Militar - MPM, em outubro, o procurador Antônio Antero dos Santos fará o **Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE)**, durante o ano de 2003, na Escola Superior de Guerra – ESG, no Rio de Janeiro. A formação destina-se a habilitar profissionais ligados às funções de direção, assessoramento e planejamento ao exercício das atividades referentes aos processos de planejamento e tomada de decisão com ênfase na Defesa Nacional e nos interesses políticos e estratégicos do País.



A procuradora-geral Marisa Cauduro e o corregedor-geral Péricles Queiroz foram entrevistados ao vivo para o telejornal da TV Justiça. Comentaram sobre a comemoração dos 82 anos do Ministério Público Militar e sobre a visita oficial à Luanda no mês de outubro. Em outra ocasião, no mês de novembro, Marisa Cauduro, também falou à TV Justiça sobre o projeto de lei que prevê a não obrigatoriedade do serviço militar

Em Belo Horizonte, a V Jornada de Estudos de Direito Penal Militar teve a participação efetiva de cerca de trezentos inscritos. Várias autoridades civis e militares compareceram ao seminário, destacando-se o comparecimento do ministro do Superior Tribunal Militar - STM, general Expedito Miranda; do presidente do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais, Décio Carvalho Mitre; do vice-presidente da AMAJME, Getúlio Corrêa; das juízas-auditoras da 4ª CJM, Eli Ribeiro de Brito e Marilena Bittencourt; e do vice-procurador-geral da Justiça Militar, Edmar Jorge de Almeida, que proferiu a conferência “*Delito Militar Culposos*”.

Na programação, outros integrantes do Ministério Público Militar – MPM também expuseram temas importantes. O procurador da Justiça Militar em Minas Gerais Antônio Pereira Duarte falou das “*Condições Específicas de Procedibilidade no Processo Penal Militar*”, enquanto os promotores da Justiça Militar, Ataliba Chaves de Souza Neto e André Luiz de Sá Santos, abordaram, respectivamente, “*O Ministério Público e a independência funcional – alcance e limites*” e “*A investigação direta pelo Ministério Público*”.

O evento, organizado pela 4ª Divisão de Exército, demonstrou a importância das discussões a respeito do direito penal militar. “Os debates foram ativos e esclarecedores para o público, posso dizer do pleno sucesso dessa Jornada que já se consolida pela quinta oportunidade”, diz Antônio Duarte.

No mesmo dia, o procurador Antônio Pereira Duarte proferiu palestra aos integrantes do Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica – CIAAR e do Parque de Material Aeronáutico – PAMA, seguindo-se o debate com a presença dos promotores Ataliba Souza Neto e André Santos.



Cerca de 180 pessoas puderam assistir ao III Ciclo de Direito Penal Militar, promovido pelo Comando da 8ª Região Militar, em Belém. Na platéia, militares, estudantes, advogados e estagiários ouviram durante quatro dias uma série de palestras envolvendo as diversas peculiaridades da área penal militar.

Além das juízas auditoras Maria do Socorro Leal e Flávia Ximenes Aguiar de Souza, que falaram sobre Prisão e Abuso de Autoridade, o procurador-chefe da Advocacia Geral da União - AGU, Denis Pinto Moreira e o advogado da AGU José Mauro de Almeida, discorreram sobre Improbidade e Responsabilidade Civil e Administrativa.

Já os representantes do MPM, se incumbiram dos temas: Responsabilidade criminal, civil e administrativa dos comandantes e aspectos do Direito Administrativo Militar - promotor da Justiça Militar Clementino Augusto Rodrigues; Crimes contra a Administração da Justiça Militar – procuradora da Justiça Militar Anete Vasconcelos de Borborema; e Crimes Militares, histórico, aspectos e configuração – promotor da Justiça Militar Antônio Gomes Facuri.

“Neste ano, procuramos abordar os problemas mais comuns nas unidades militares, verificando a receptividade dos ouvintes pelas perguntas e assiduidade nas palestras. Acredito que conseguimos atingir um bom resultado”, finaliza a procuradora Anete Borborema.



Em outubro, o procurador da Justiça Militar em Minas Gerais, Antônio Pereira Duarte, editou recomendação ministerial às autoridades militares do estado visando imediata comunicação à Procuradoria quando da instauração de inquéritos policiais militares e de prisão de qualquer pessoa por autoridade militar; bem como emitiu orientações a respeito de inquéritos militares, sindicâncias, prorrogações de prazos para diligências, apurações sigilosas, etc.



O Corregedor-geral do MPM, Péricles Queiroz, foi eleito para a presidência do Conselho Nacional de Corregedores Gerais do MP, para a gestão Ano 2003. A eleição ocorreu em Manaus, no XXXI Encontro da entidade. A posse está programada para meados de dezembro.